

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.499.182 - SP (2019/0125045-5)

AGRAVANTE : DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM  
PROCURADORE : CAIO AUGUSTO LIMONGI GASPARINI E OUTRO(S) -  
S SP173593  
MELISSA DI LASCIO SAMPAIO - SP215879  
JULIANA CAMPOLINA REBELO HORTA - SP301795  
MARINA ELISA COSTA DE ARAUJO - SP300895  
AGRAVADO : AMELIO BRANQUINHO  
AGRAVADO : LUCIA SAPIO BRANQUINHO  
ADVOGADOS : EDSON MENDONÇA JUNQUEIRA - SP083761  
ANTÔNIO THALES GOUVÊA RUSSO - SP102021  
FRANCISCO DE LÚCIO TERSI - SP021363

### DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado pelo Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo contra decisão que inadmitiu seu recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça daquele estado, assim ementado:

Agravo de instrumento. Desapropriação em fase de execução de sentença. Precatório judicial. Resíduo de pagamento. Valor depositado pelo Tribunal de Justiça impugnado pela Fazenda Estadual. Violação à Lei n. 11.960/09 e à súmula vinculante n. 17 do STF. Inadmissibilidade. A mora do devedor não autoriza revisão dos critérios até então aplicados, sob pena de ofensa ao princípio da preclusão. O precatório expedido é anterior ao advento dos diplomas suscitados. Decisão) mantida. Recurso improvido (fl. 587).

Da análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base na ausência de violação/negativa de vigência/contrariedade, na incidência da Súmula n. 7/STJ e na divergência não comprovada.

A parte agravante, entretanto, deixou de impugnar especificamente os óbices referentes à ocorrência da Súmula n. 7/STJ e a não comprovação da divergência.

Desse modo, forçosa é a incidência do art. 253, parágrafo único, I, do Regimento Interno do STJ e art. 932, III, do CPC/2015, que assim dispõe, *in verbis*:

Art. 932. Incumbe ao relator:

[...]

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

# *Superior Tribunal de Justiça*

A propósito, confira-se o precedente da E. Corte Especial do STJ no EAREsp 746.775 / PR, julgado em 19 de setembro de 2018:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal. Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, I, do Regimento Interno do STJ, não conheço do presente agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator